

# JORNALISMO

## trabalhando com a hipótese de uma morte natural

Juliana Cunha

Jornalista e doutoranda em Teoria Literária pela USP

DIANTE DA ATUAL E JÁ LONGEVA CRISE DO JORNALISMO, SÃO COMUNS AS tentativas de explicação e de solução que se debruçam sobre modelos de negócio ou de formato, que falam sobre a perda de rentabilidade dos anúncios na migração para o *on-line*, da deterioração da atenção e dos hábitos de leitura, da concorrência imposta por amadores na internet ou do modo como as empresas de tecnologia conseguiram se apossar do conteúdo produzido pelos veículos jornalísticos com um repasse nulo ou irrisório dos lucros. Embora várias dessas questões de fato tenham contribuído para a formação do quadro atual, me parece interessante pensar em outra hipótese: e se a crise do jornalismo tiver menos a ver com modelos de negócio e de formato e mais a ver com um esgotamento das condições históricas que o ensejaram? O jornalismo não é algo que sempre tenha existido, e não temos nenhum motivo para pensar que sempre existirá. Na verdade, trata-se de uma invenção bastante recente e cujo prazo de validade talvez tenha expirado.

Neste artigo, procurarei defender a ideia de que a crise do jornalismo é mais profunda do que uma crise dos veículos noticiosos, e de que ela se deve a basicamente quatro fatores: (1) ao fim da esfera pública (ou pelo menos à sua degradação a um nível que nos permite pensar em fim); (2) ao nihilismo pós-moderno

em relação à verdade; (3) à supervalorização da experiência individual como única forma de acessar o conhecimento; (4) à polarização e ao isolamento ideológico.

Formas escritas e verbais de transmissão de informações e de anúncio de acontecimentos já existiam em sociedades tão longínquas quanto a Roma Antiga e a China Imperial. O estabelecimento da imprensa noticiosa nos moldes como a conhecemos, no entanto, só ocorre na Europa do século XVIII, com o surgimento de um grande número de periódicos noticiosos destinados ao público geral. Antes disso, havia revistas e panfletos de larga distribuição, mas com periodicidade incerta, sem um foco explícito em notícias e sem a pretensão de se dirigir “a todos”. Aos poucos, a difusão desses periódicos dá origem à ideia de opinião pública: uma esfera abstrata, mas cujos sentimentos e impressões trariam consequências reais para a vida em sociedade.

Em *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa* (1962), Jürgen Habermas afirma que o conceito de esfera pública teria começado a se configurar durante a Renascença, graças ao surgimento das ideias de democracia e de liberdade individual e à demanda dos comerciantes por informações acerca de mercados distantes. Embora incluísse espaços presenciais como cafés e praças onde as notícias eram discutidas, o *locus* onde essa esfera pública se constituiria por excelência seria a recém-estabelecida imprensa, que ofereceria um lugar para o debate de ideias e para o controle das autoridades, que passariam a temer o julgamento do público.

Esse mesmo processo de ampliação da alfabetização, de formação de um público leitor e de facilitação do acesso a materiais impressos possibilita a ascensão do romance enquanto forma literária. Com o romance, a ideia de que cada um de nós seria portador de uma subjetividade e de uma vida interior a serem cultivadas é difundida. Junto com ela, surge uma ideia ainda mais exótica: a de que as outras pessoas, inclusive aquelas que em nada se parecem conosco e com as quais não estabelecemos nenhum contato, também poderiam ser portadoras de tal subjetividade. Com efeito, David Randall explica que, “na teoria habermasiana, a esfera pública burguesa era precedida por uma esfera pública literária que favorecia os gêneros que revelavam uma interioridade do ser e que enfatizavam uma subjetividade voltada para o público” (RANDALL, 2008, p. 221).

No ensaio “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov” (1936), Walter Benjamin defende a ideia de que as

habilidades de narrar, de ouvir narrativas e de compartilhar experiências estariam se perdendo, consumidas pela voracidade industrial e por sua profusão de notícias que não seriam digeridas e recriadas pela memória. Benjamin estava falando sobre a mudança da sensibilidade pré-industrial e suas rodas de conversa para a sociedade industrial dos romances burgueses e dos jornais, da leitura silenciosa e individual em oposição à conversa coletiva na qual o sentido das coisas é investigado e estabelecido coletivamente. Trata-se, por exemplo, do Jacinto de Tormes de *A cidade e as serras* (1901), de Eça de Queiroz, oprimido por um fluxo de notícias que em nada lhe diz respeito e que se sucede em um ritmo impossível de ser acompanhado:

Subitamente, a um canto, repicou a campainha do telefone. Enquanto o meu amigo, curvado sobre a placa, murmurava impaciente “Está lá? – Está lá?”, examinei curiosamente, sobre a sua imensa mesa de trabalho, uma estranha e miúda legião de instrumentozinhos de níquel, de aço, de cobre, de ferro, com gumes, com argolas, com tenazes, com ganchos, com dentes, expressivos todos, utilidades misteriosas. Tornei um que tentei manejar – e logo a ponta malévola me picou um dedo. Nesse instante rompeu dentro canto um “tic-tic-tic” açodado, quase ansioso. Jacinto acudiu, com a face no telefone:

– Vê aí o telégrafo!... Ao pé do divã. Uma tira de papel que deve estar a correr. E, com efeito, de uma redoma de vidro posta numa coluna, e contendo um aparelho esperto e diligente, escorria para o tapete, como uma ténia, a longa tira de papel com caracteres impressos, que eu, homem das serras, apanhei, maravilhado. A linha, traçada em azul, anunciava ao meu amigo Jacinto que a fragata russa Azoff entrara em Marselha com avaria!

Já ele abandonara o telefone. Desejei saber, inquieto, se o prejudicava diretamente aquela avaria da Azoff.

– Da Azoff?... A avaria? A mim?... Não! É uma notícia. (QUEIROZ, 1995, p. 35)

“Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo e, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes”, dizia Benjamin (1994, p. 203). Para ele, o romance – grande gênero literário do século XIX e expressão mais refinada do *éthos* burguês – teria encomendado a morte desse narrador antigo. O golpe fatal, no entanto, teria sido desferido pela notícia. “O saber, que vinha de longe – do longe espacial das terras estranhas, ou do longe temporal contido na tradição –, dispunha de uma autoridade que era válida mesmo que não fosse controlável pela experiência”

(BENJAMIN, 1994, p. 202-3). A informação, por outro lado, aspiraria a uma verificação imediata, sendo “compreensível em si para si” (BENJAMIN, 1994, p. 203).

Hoje, o cenário é completamente distinto. O meio digital, que prometia se constituir em uma versão ampliada e radicalmente democrática do que fora a esfera pública do século XVIII, foi rapidamente capturado por uma lógica mercadológica que opera de modo ainda mais restritivo do que a antiga grande imprensa e que favorece, de um lado, o exibicionismo, a fulanização e o isolamento em bolhas de opinião semelhante; de outro, a falta de hierarquização dos conteúdos, imprescindível para a formação de sentido.

Já quase não há leitura silenciosa porque mesmo o que se lê individualmente e na privacidade do lar é comentado em tempo real em alguma rede social. Não há um momento de leitura seguido por uma elaboração individual e uma posterior (e eventual) externalização da opinião que se formou sobre o texto. Tampouco há uma leitura em grupos reais de esforço coletivo de construção do sentido, como eram as rodas de narração a que se refere Benjamin, ou mesmo os espaços públicos onde as notícias eram debatidas, como comenta Habermas. A leitura agora frequentemente se constitui em mera busca por trechos compartilháveis, por ponderações e oposições a serem imediatamente colocadas para fins de exibição. Não há uma leitura inicial *mole*, por assim dizer, feita em favor do texto e de sua compreensão. Sobre tudo o que leio é preciso opinar, me posicionar ou, no mínimo, destacar trechos que possa exibir aos outros. A conversa



O meio digital, que prometia se constituir em uma versão ampliada e radicalmente democrática do que fora a esfera pública do século XVIII, foi rapidamente capturado por uma lógica mercadológica

com o texto deixa de existir, e o próprio contato com ele passa a servir como material a ser externalizado a fim de garantir mais interações e validações públicas, e não como cultivo de qualquer tipo de interiorização.

Nesse cenário em que os textos (1) não são lidos ou, (2) quando são lidos, também não são lidos, porque estão sendo constantemente interpolados pela *fala* do leitor, não há diálogo nem com o outro que se coloca fisicamente diante de mim, e com o qual tenho cada vez menos espaços sociais para conversar propriamente; nem com o outro que se coloca virtualmente diante de mim – e com quem me comunico através de monólogos, de posições estanques e de cinco ou seis símbolos expressando reações já previstas – e nem mesmo com o outro distanciado do texto escrito, com quem poderia estabelecer uma relação não passional de racionalidade e de tentativa de entendimento (no caso da não ficção) ou de passionalidade e de investigação do humano, no caso da ficção.

Em “Subjetividade em tempos de pós-verdade” (2017), Christian Dunker fala de como o narcisismo não é necessariamente uma patologia, porque, quando administrado em uma dose aceitável, permite “que eu me reflita no outro, que eu me coloque no lugar dele, que eu o inveje porque ele tem algo que eu não tenho, que eu cobice ser o que ele é” (DUNKER, 2017, p. 37). Para Dunker, o narcisismo só passa a ser um problema quando o sujeito começa justamente a ter dificuldade em se projetar no outro e a sentir que, ao assumir o ponto de vista alheio, sua própria identidade estaria ameaçada. Quando isso acontece, o diálogo seria interdito, e veríamos a passagem da conversação narcísica dos anos 1980 para a conversação ecológica (por eco) dos anos 2000 e, enfim, para a pós-verdade dos anos 2010, quando o que interessa já não é a veracidade, mas a verossimilhança de uma notícia ou dado e o quanto ele corrobora a visão de mundo que eu já sustento.

Embora o factóide sempre tenha existido e uma desconfiança ora saudável, ora paranoica nas intenções ocultas das notícias perpassa a imprensa desde que ela se constituiu, o advento da pós-verdade implicou nesse particular uma diferença não só de escala, mas em sentido. A questão central da pós-verdade é que ela se coloca em uma época em que a verdade é vista como uma categoria relativa, negociável ou até mesmo secundária. “Era *fake news*, mas esse tipo de coisa bem que poderia ter acontecido” é uma resposta comum depois que a pessoa é alertada de que algo que ela disse ou compartilhou era falso. O factóide era a mentira ou o sensacionalismo em uma época em que a verdade importava.

A *fake news* é a mentira de uma época em que a verdade entra como uma das narrativas possíveis que podemos debater.

Outro caso clássico de reação normalizadora das *fake news* é quando o desmentido não é suficiente para interromper a discussão. Um exemplo disso é uma das inúmeras mentiras que circularam a respeito da candidata Manuela D'Ávila durante as eleições de 2018: a de que ela teria viajado a Miami para comprar o enxoval de sua filha. Assim que a notícia irrompeu nas redes, a então candidata esclareceu que não comprou seu enxoval em Miami e que nunca sequer esteve naquela cidade. Acontece que o esclarecido já não importava, e metade do público falava do absurdo de uma comunista fazer enxoval em Miami, enquanto a outra metade, igualmente alheia à verdade, defendia o direito de Manuela de fazer seu enxoval onde quisesse; alguns afirmavam que essa era inclusive a opção mais barata, e que quem não fazia enxoval em Miami só podia ser desinformado ou hipócrita. Essa apreensão da realidade como matéria maleável finalmente uniu a “vanguarda” da esquerda e da direita, e um fato já não tem o poder de encerrar um assunto, ou de alterar drasticamente seus rumos.

À falta de encontro com o outro ficcionalizado do romance – e por isso mesmo muito mais tangível e complexificado do que as pessoas reais costumam se mostrar – se somaria a falta de encontro com o outro com quem de fato estabelecêsemos um diálogo. O resultado desse processo é, de um lado, a pós-verdade; de outro, a supervalorização da experiência pessoal como única forma de acessar o conhecimento, algo que se nota na recusa das pessoas a referendar dados estatísticos, científicos etc., que não confirmem sua própria observação e experiência pessoal em relação àqueles dados. Nesse contexto, os dados adquirem um caráter decorativo: eles entram no meu discurso somente quando o corroboram, e com a função de simular a forma de um discurso racional, mais ou menos como um rótulo de xampu, que simula um discurso cientificamente embasado, com seus gráficos e termos, ao passo que divulga informações completamente fantasiosas. Não é um discurso que se constrói ou pelo menos se modifica a partir de dados factuais, mas um discurso prévio que pode ser pontuado por dados factuais convenientemente selecionados.

A ideia de uma imprensa geral, que fale *para todos* e que diga respeito a todos, depende da existência de uma esfera pública na qual as pessoas sejam mais ou menos ouvidas, e de uma sociedade que valorize a verdade enquanto ideal e que acredite na possibilidade de alcançá-la através de meios científicos e de um jornalismo

bem conduzido. Uma sociedade que, quando confrontada com um dado, esteja disposta a rever suas opiniões e a perceber o quanto nossas experiências e percepções individuais são intrinsecamente limitadas. Uma sociedade, em suma, que trabalhe com a ideia de pluralidade de opiniões, e não de pluralidade de fatos. Com a decadência dessas noções, parece natural que a crise do jornalismo seja de ordem estrutural, não se devendo fundamentalmente a modelos de negócio ou ao desgaste de formatos jornalísticos específicos, e não tendo necessariamente uma solução. O jornalismo não existiu *sempre*: trata-se de uma atividade bastante específica, custosa e recente cujas condições materiais e espirituais de reprodução talvez estejam se esgotando. É um daqueles casos quase bonitos em que Marx vem com uma pá de cal e logo avista Hegel chegando com as flores.

Nesse sentido, as eleições brasileiras podem ser vistas como uma grande vanguarda do atraso. Embora o presidente Jair Bolsonaro se inspire em Donald Trump, é a sua estratégia, e não a do americano, que leva a morte da esfera pública às últimas consequências, ao promover uma campanha que deixava de fora não apenas o *locus* da esfera pública, que é a imprensa, como também a própria rua. No fim, Bolsonaro ganhou sem se dirigir uma única vez ao conjunto da população brasileira e quase sem participar de debates eleitorais. Sua campanha quase não teve panfletagens, por exemplo. Não era apenas o candidato que se retirava das ruas como estratégia, mas a própria campanha não era feita nas ruas, e tampouco na imprensa. Trump, por outro lado, é filho do entretenimento televisivo americano e da imprensa de celebridades. Bem ou mal, é um sujeito que se construiu na imprensa, ainda que em sua faceta mais degenerada.

Nada indica que o futuro próximo traga alguma melhora no cenário das *fake news*. As iniciativas do Facebook, do YouTube, do WhatsApp e mesmo de outras redes menos nefastas em combatê-las são hipócritas e insuficientes. A chegada das chamadas *deep fake news*, com tecnologias que permitem a produção de áudios e vídeos falsos de grande verossimilhança, deve aprofundar o problema, fazendo com que tenhamos que confiar cada vez mais em instituições e empresas isentas e competentes, que sejam capazes de referendar se algo de fato é verdadeiro a despeito de nossos sentidos e observações pessoais. Desnecessário dizer que tais instituições e empresas são raras no mundo todo e basicamente inexistem no Brasil, e que não estamos dispostos a confiar em ninguém que não diga exatamente o que já achávamos antes.

Dizer que o jornalismo pode estar morrendo não implica dizer que não continuaremos tendo empresas produtoras de conteúdo noticioso. Mas o conceito de jornalismo não se resume à produção e divulgação de notícias. O que periga desaparecer não são tanto os jornais (embora esses de fato periguem) ou *sites* noticiosos, mas sua capacidade de sediar, acolher, pautar, hierarquizar e organizar o debate público.

As *fake news* são a faceta midiática de uma série de indícios de que o mundo aberto pelo Iluminismo está se fechando atrás de nós. Um dos motivos pelos quais o fenômeno dificilmente terá uma volta é o de que a difamação é uma estratégia eficiente demais. Estudos recentes mostram que dizer que fulano é corrupto e depois retificar que isso não era verdade não tem o mesmo efeito de ninguém nunca ter dito que aquela pessoa era corrupta. Mesmo depois de revelada, a mentira permanece aventada como possibilidade (HAMBRICK; MARQUARDT, 2018). É por isso que vale a pena espalhar uma mentira, mesmo que ela seja desmentida minutos depois. E é por isso que em breve seremos todos o Cássio, de *Othello* (1603), chorando: “*Reputation, reputation, reputation! Oh, I have lost my reputation! I have lost the immortal part of myself, and what remains is bestial. My reputation, Iago, my reputation!*” (SHAKESPEARE, 2005, p. 88). Se o começo da era digital prometeu a cada um de nós seus cinco minutos de fama, seu aprofundamento deixa claro que também teremos nossos cinco minutos de linchamento.

## REFERÊNCIAS

- BENJAMIN, Walter. “O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov”. In: *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Tradução de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1994, p. 197-221.
- DUNKER, Christian et al. *Ética e pós-verdade*. São Paulo: Dublinense, 2017.
- HABERMAS, Jürgen. *Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa*. Tradução de Flávio Kothe. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.
- HAMBRICK, David; MARQUARDT, Madeline. Cognitive ability and vulnerability to fake news. *Scientific American*, 6 fev. 2018. Disponível em: <<https://www.scientificamerican.com/article/cognitive-ability-and-vulnerability-to-fake-news/>>. Acesso em: 2 jan. 2019.
- QUEIROZ, Eça. *A cidade e as serras*. São Paulo: FTD, 1995.
- RANDALL, David. Ethos, poetics, and the literary public sphere. *Modern Language Quarterly*. Duke University Press, 2008, p. 221-43.
- SHAKESPEARE, William. *Othello*. New Haven: Yale University Press, 2005.